

É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto, tendo direito a 5 pontos de diferencial ao abrigo da conjugação dos n.ºs 2, 3 e 4 do mesmo artigo.

26 de Abril de 2005. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante, *João Manuel Mendes de Oliveira*, TGEN/PILAV.

Despacho n.º 16 221/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, na alínea b) do n.º 1 do artigo 263.º e no n.º 3 do artigo 279.º do mesmo Estatuto:

Quadro de sargentos MMA:

Sargento-ajudante:

1SAR MMA Q 060253-B, Fernando José de Oliveira Laranjeira, BA 5.

Preenche a vaga em aberto no respectivo quadro especial pela passagem à situação de reserva do SAJ MMA 018690-C, Rui Manuel Jardim Góis, verificada em 1 de Abril de 2005.

Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 1 de Abril de 2005.

É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto, tendo direito a 5 pontos de diferencial ao abrigo da conjugação dos n.ºs 2, 3 e 4 do mesmo artigo.

26 de Abril de 2005. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante, *João Manuel Mendes de Oliveira*, TGEN/PILAV.

Despacho n.º 16 222/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, na alínea b) do n.º 1 do artigo 263.º e no n.º 3 do artigo 279.º do mesmo Estatuto:

Quadro de sargentos OPSAS:

Sargento-ajudante:

1SAR OPSAS Q 060434-J, Paulo Alexandre Pinto Lopes — CFMTFA.

Preenche a vaga em aberto no respectivo quadro especial pela promoção ao posto imediato do SAJ OPSAS 040435-H, Américo Fernandes Amorim, verificada em 28 de Março de 2005.

Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 28 de Março de 2005.

É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto, tendo direito a 5 pontos de diferencial ao abrigo da conjugação dos n.ºs 2, 3 e 4 do mesmo artigo.

26 de Abril de 2005. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante, *João Manuel Mendes de Oliveira*, TGEN/PILAV.

Despacho n.º 16 223/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, na alínea b) do n.º 1 do artigo 263.º e no n.º 3 do artigo 279.º do mesmo Estatuto:

Quadro de sargentos MELIAY:

Sargento-ajudante:

1SAR MELIAY Q 059707-E, Pedro Manuel Martins da Silva Malveiro — COFA.

Preenche a vaga em aberto no respectivo quadro especial pela passagem à situação de reserva do SAJ MELIAY 036652-J, José Carlos Pires Prisal, verificada em 31 de Dezembro de 2004.

Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 31 de Dezembro de 2004.

Fica colocado na respectiva lista de antiguidade à esquerda do SAJ MELIAY 049544-B, António Carlos Mateus do Vale Santos Viegas.

É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto, tendo direito a 5 pontos de diferencial ao abrigo da conjugação dos n.ºs 2, 3 e 4 do mesmo artigo.

26 de Abril de 2005. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante, *João Manuel Mendes de Oliveira*, TGEN/PILAV.

Direcção de Pessoal

Despacho n.º 16 224/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado passe à situação de reserva, por declaração expressa, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto:

Quadro de sargentos MELECA:

SMOR MELECA ADCN 013694-J, José António Gonçalves Martinho, CASO.

Conta esta situação desde 15 de Abril de 2005.

15 de Abril de 2005. — Por subdelegação do Comandante do Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director, *Victor Manuel Lourenço Morato*, MGEN/PILAV.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração da Justiça e Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça

Despacho conjunto n.º 495/2005. — *Delegação de competências.* — Ao abrigo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 176/2000, de 9 de Agosto, e no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho:

1 — São delegadas nos secretários de justiça providos em secretarias-gerais constantes do anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante, as seguintes competências:

- a) A competência para adjudicar e autorizar a realização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços, incluindo as despesas com instalações afectas aos serviços dos respectivos tribunais e às casas de função dos magistrados, até ao montante máximo de € 24 939,89;
- b) A competência para autorizar a realização das despesas emergentes da renovação ou revisão de preços (cumpridos os respectivos termos contratuais) de contratos de prestação de serviços, até ao montante máximo de € 99 759,57;
- c) A competência para adjudicar e autorizar a realização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços, ao abrigo de contratos públicos de aprovisionamento celebrados pela Direcção-Geral do Património, até ao montante máximo de € 49 879,79;
- d) A competência para autorizar a destruição ou a remoção, e o subsequente abate, de bens insusceptíveis de reutilização, precedendo parecer obrigatório favorável da Direcção-Geral da Administração da Justiça, nos casos a determinar na circular interpretativa do presente despacho;
- e) A competência para autorizar a venda de papel inutilizado.

2 — São delegadas nos secretários de justiça providos em secretarias não referidas no número anterior, e igualmente constantes do anexo ao presente despacho, as seguintes competências:

- a) A competência para adjudicar e autorizar a realização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços, incluindo as despesas com instalações afectas aos serviços dos respectivos tribunais e às casas de função dos magistrados, até ao montante máximo de € 4987;
- b) A competência para autorizar a realização das despesas emergentes da renovação ou revisão de preços (cumpridos os respectivos termos contratuais) de contratos de prestação de serviços, até ao montante máximo de € 49 879,79;

- c) A competência para adjudicar e autorizar a realização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços ao abrigo de contratos públicos de aprovisionamento celebrados pela Direcção-Geral do Património, até ao montante máximo de € 49 879,79;
- d) A competência para autorizar a destruição ou a remoção, e o subsequente abate, de bens insusceptíveis de reutilização, precedendo parecer obrigatório favorável da Direcção-Geral da Administração da Justiça, nos casos a determinar na circular interpretativa do presente despacho;
- e) A competência para autorizar a venda de papel inutilizado.

3 — O exercício de funções em regime de substituição abrange os poderes delegados no substituído.

4 — Do âmbito das delegações de competências conferidas nos números anteriores ficam excluídas as competências para a aquisição dos seguintes bens e serviços destinados a tribunais:

- a) Mobiliário;
- b) Estantes;
- c) Sistemas AVAC (ar condicionado);
- d) Centrais telefónicas, suas ampliações e faxes;
- e) Equipamento informático;
- f) Aparelhos áudio e de videoconferência;
- g) Fotocopiadoras;
- h) Cofres e armários de segurança;
- i) Equipamento médico-legal;
- j) Sistemas integrados de segurança passiva;
- k) Selos brancos;

- l) Serviços de segurança;
- m) Celebração de contratos de prestação de serviços de limpeza, sempre que excedam a mera contratação de particulares;
- n) Celebração de contratos de pessoal, salvo os contratos no âmbito de programas ocupacionais e ou de tempos livres, celebrados ao abrigo das Portarias n.ºs 192/96, de 30 de Maio, e 51-A/97, de 16 de Maio, e do Decreto Regulamentar Regional n.º 2/99/A, de 4 de Fevereiro, no domínio dos projectos de tratamento e salvaguarda do património arquivístico dos tribunais;
- o) Celebração, em geral, de contratos de prestação de serviços com particulares de duração superior a três semanas, sem prejuízo do disposto na segunda parte das alíneas m) e n);
- p) Celebração de contratos de prestação de serviços de manutenção dos edifícios, de centrais telefónicas, de assistência técnica de sistemas integrados de segurança passiva, de elevadores, de fotocopiadoras, de equipamentos informáticos, de faxes e de aparelhos áudio e de videoconferência.

5 — O presente despacho produz efeitos a partir de 23 de Maio de 2005, ficando por este meio ratificados todos os actos praticados pelos secretários de justiça abaixo identificados, no âmbito das competências referidas nos números anteriores, até à data da sua publicação.

24 de Junho de 2005. — A Directora-Geral da Administração da Justiça, *Helena Mesquita Ribeiro*. — O Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça, *António José Morais*.

ANEXO

Tribunal	Nome
Abrantes	Luís Marques Pires.
Abrantes — Trabalho	Diamantino Marques Gaspar.
Águeda	César Ferreira da Cruz.
Águeda — Trabalho	Helena Maria Simões Morais.
Albergaria-a-Velha	Maria Helena dos Santos Figueiredo.
Albufeira	Carlos José Lanca Figueira.
Alcácer do Sal	Vítor Manuel Henriques da Silva Mendes.
Alcanena	Manuel Carreira Esperança.
Alcobaça	Maria de Lurdes Ascenso Fialho de Matos.
Alenquer	Maria Lídia Pereira Lisboa.
Alfândega da Fé	Manuel Alberto Alves de Oliveira.
Alijó	João Gonçalves de Lima.
Almada — Administrativo e Fiscal	Ana Maria Pereira Carvalhão Queiroga.
Almada — Ministério Público	Adriano Ribeiro Gonçalves.
Almada — Secretaria-Geral	António Severino da Silva.
Almada — Trabalho	Vítor Manuel dos Santos Janeiro Benjamim.
Almeida	Adriano Pacheco Pires Dias.
Almeirim	Maria Fernanda Rosa Delgado Robalo.
Almodôvar	António José Paixão Baroa.
Alvaiázere	Carlos Alberto de Jesus Pereira Marques.
Amadora	Luís Manuel Serra e Seixas.
Amarante	José Manuel Ramos Moreira da Silva.
Amares	Maria de Fátima Castro Torres.
Anadia	Armando Seça Neves.
Angra do Heroísmo	Maria Isabel Jesus Dias de Lima.
Ansião	Anabela de Almeida Ratinho.
Arcos de Valdevez	Manuel da Cunha Cerqueira.
Arganil	Vasco Lopes Ferreira.
Armamar	Fernando Félix Nevado Branquinho.
Arouca	Abel Silva Valente.
Arraiolos	António João Cláudio Valente.
Aveiro — Família e Menores	José Júlio dos Santos Almeida.
Aveiro — Ministério Público	Ângelo Manuel Viana da Silva.
Aveiro — Secretaria-Geral	António José de Almeida.
Aveiro — Trabalho	Jacinto António Esfola Emerenciano.
Avis	Francisco Antunes do Nascimento.
Baião	Manuel Martins Rodrigues.
Barcelos — Secretaria-Geral	João Gaspar Moutinho.
Barreiro — Secretaria-Geral	Joaquim Ribeiro de Almeida.
Barreiro — Trabalho	Lúcia Doutel Ribeiro de Sá Parada Salvado.
Beja	Joaquim Jacinto Narciso Estanqueiro.
Beja — Trabalho	Carlos Alberto de Jesus Gomes.
Benavente	Henriques de Jesus Martins.
Bombarral	Maria Isabel Damasceno Ribeiro.
Boticas	Rogério Hernâni de Moura.
Braga — Administrativo e Fiscal	Fernando Pinto Vieira.

Tribunal	Nome
Braga — Secretaria-Geral	Hernâni Horácio Pinto Ferreira da Silva.
Braga — Família e Menores	José Fernandes.
Braga — Ministério Público	Hernâni Horácio Pinto Ferreira da Silva.
Braga — Trabalho	Maria Conceição Casais Araújo Braga.
Bragança	Alexandre Armando Lucas.
Cabeceiras de Basto	António Luís Leite Nogueira.
Cadaval	Jorge Silvério Teixeira Dias.
Caldas da Rainha	Carlos Alberto da Silva Barbosa.
Caldas da Rainha — Trabalho	António Miguel Simões Lopes Curto.
Caminha	Maria Manuela Pires Costa.
Cantanhede	Manuel Gomes Jorge.
Carrazeda de Ansiães	Alcino José Santos Gregório.
Cartaxo	Rui Mosca Nunes.
Cascais — Ministério Público	Artur do Rosário Pereira.
Cascais — Secretaria-Geral	Agostinho Ribeiro Gonçalves.
Cascais — Trabalho	Daniel de Campos Gonçalves.
Castelo Branco — Administrativo e Fiscal	Albino Coelho Caldeira.
Castelo Branco	Maria de Lurdes Rodrigues Rocha.
Castelo Branco — Trabalho	Rui Manuel Correia Lopes.
Castelo de Paiva	Carlos Alberto Vieira da Silva Oliveira.
Castelo de Vide	Francisco da Pena Roque Carapeto.
Castro Daire	João Alberto Tavares Mendes Bolhão.
Celorico da Beira	António Jorge Cardoso do Nascimento.
Celorico de Basto	António João dos Santos.
Chaves	Amável Castanheira Lopes.
Cinfães	Mário Augusto Pinto de Oliveira.
Coimbra — 1.º Juízo Liquidatário Administrativo e Fiscal	Maria Luísa Ferreira Martins Fernando.
Coimbra — 2.º Juízo Administrativo e Fiscal	Silvino Lopes Domingos Sousa Guedes.
Coimbra — Execução de Penas	Joaquim Edmundo Lourenço Neves.
Coimbra — Família e Menores	Ventura Duarte Simões Marques.
Coimbra — Comarca, DIAP e Ministério Público	António José Afonso.
Coimbra — Secretaria-Geral dos Juízos Cíveis	João Manuel Rebola.
Coimbra — Vara Mista/juízos criminais/TIC	Augusto Guilherme Duarte.
Condeixa-a-Nova	Maria Isabel Rodrigues Almeida.
Coruche	Maria de Lurdes Basílio Veloso da Silva Vaz.
Covilhã	José Neves da Costa.
Covilhã — Trabalho	Jorge Manuel Fazenda Antunes Prego.
Cuba	Manuel Gonçalves Mestre Nicolau.
Elvas	Maria de Jesus Marques Matoso Pereira Rodrigues.
Entroncamento	Francisco José Salgueiro.
Espinho	Hernâni Joaquim de Pinho.
Esposende	José Martins Esteves.
Estarreja	Sérgio Aureliano Gonçalves da Cunha.
Estremoz	Carlos Manuel da Conceição Carvalho.
Évora — Secretaria-Geral	Maria José Teles Garcia Candeias.
Évora — Execução de Penas	Alvarino Jesus Silva.
Évora — Trabalho	Carlos Manuel Baptista Nhicas Candeias.
Fafe	António Júlio Alves Moreira.
Faro — Família e Menores	Maria da Conceição Pereira Coelho.
Faro — Secretaria-Geral	Joaquim Manuel Simões Martins.
Faro — Ministério Público	Jorge Manuel Gonçalves Mendonça.
Faro — Trabalho	Francisco dos Santos Gonçalves.
Felgueiras	António Meira Rodrigues.
Ferreira do Alentejo	Jorge Manuel Martins Entradas.
Ferreira do Zêzere	Alberto Monteiro Marques.
Figueira da Foz	Manuel Alberto de Oliveira Simões.
Figueira da Foz — Trabalho	Ana Maria Bárbara Moreira.
Figueiró dos Vinhos	Maria de Jesus Ideias Santos Tavares Silva.
Fornos de Algodres	José Fonseca.
Fronteira	João Manuel Xarepe Silveiro.
Funchal — Administrativo e Fiscal	Agostinho Marcelino Gomes Teles.
Funchal — Família e Menores	Manuel Alves da Costa.
Funchal — Ministério Público	José Hilário Fernandes Gomes.
Funchal — Trabalho	Fernando Alves Lopes Roda.
Funchal — Vara Mista	Adelino Manuel Gaspar da Cruz.
Funchal — Secretaria-Geral	Adelino Manuel Gaspar Cruz.
Fundão	Porfírio de Oliveira.
Golegã	Manuel da Costa Oliveira Morgado.
Gondomar — Ministério Público	Rosa Maria Mota Costa Ribeiro.
Gondomar — Secretaria-Geral	Américo Cordeiro Mora.
Gondomar — Trabalho	Manuel Joaquim Soares Ferreira.
Gouveia	Lucete Maria Almeida Corte Real Sequeira Graça.
Grândola	Paulo Manuel Vieira Azevedo.
Guarda — Trabalho	Vítor José Pires Faria.
Guarda	José Lourenço Borrego.
Guimarães — Secretaria-Geral	João Carvalho Correia.
Guimarães — Ministério Público	Alfredo Azevedo da Fonseca.
Guimarães — Trabalho	Manuel Luís Pimentel Fernandes Lopes.
Guimarães — Varas Mistas	João Fernandes Pereira.

Tribunal	Nome
Idanha-a-Nova	João António Carvalho Sequeira.
Ílhavo	Maria Cristina Gomes Ferreira.
Lamego	Manuel dos Santos Pereira Pinto.
Lamego — Trabalho	Joaquim Pinto Rodrigues.
Leiria — Ministério Público	Armando André Mendes.
Leiria — Secretaria-Geral	Ilídio Grunho Teodósio.
Leiria — Administrativo e Fiscal	Joaquim José da Consta Oliveira.
Leiria — Trabalho	Luís Manuel Vieira da Rosa.
Lisboa — Marítimo	Gualdino das Neves Monteiro.
Lisboa — 2.º Juízo Administrativo e Fiscal	Alberto José Nobre Pregoieiro.
Lisboa — 2 (Restelo) Administrativo e Fiscal	Maria Manuela Batista Gerónimo.
Lisboa — Secretaria-Geral de Execução	António Simões Loureiro de Sousa.
Lisboa — Secretaria-Geral de Injunção	Carlos Manuel Gonçalves Silva Vilhena.
Lisboa — Comércio	Bernardino José Gato Milheiras.
Lisboa — Secretaria-Geral, serviço externo	Diamantino de Sousa Pereira.
Lisboa — Secretaria-Geral das Varas Cíveis/Juízos Cíveis/ Pequena Instância Criminal.	Vítor Manuel da Silva Marques Conceição.
Lisboa — 1.º e 2.º Juízos Cíveis	Maria José Pratas Lopes Gonçalves.
Lisboa — 3.º e 4.º Juízos Cíveis	Luís Nunes Guerra.
Lisboa — 5.º e 6.º Juízos Cíveis	Maria da Conceição Piedade Ribeiro.
Lisboa — 7.º e 8.º Juízos Cíveis	Francisco Manuel da Fonseca Monteiro.
Lisboa — 9.º e 10.º Juízos Cíveis	João António Martins.
Lisboa — 1.ª e 2.ª Varas Cíveis	Ilda Maria Paiva Inácio Augusto.
Lisboa — 3.ª e 4.ª Varas Cíveis	Olga Manuela Gomes Pereira Nunes.
Lisboa — 5.ª e 6.ª Varas Cíveis	Mário José Rocha Figueiredo.
Lisboa — 7.ª e 8.ª Varas Cíveis	Fernando Henrique Alves Marques Matos.
Lisboa — 9.ª e 10.ª Varas Cíveis	João Carlos Marques da Silva.
Lisboa — 11.ª e 12.ª Varas Cíveis	Maria Vitória Dias Correia Garcia.
Lisboa — 13.ª e 14.ª Varas Cíveis	Teófilo António Algorado.
Lisboa — 15.ª e 16.ª Varas Cíveis	António José da Paiva Costa.
Lisboa — 17.ª Vara Cível	Cristina Maria da Silva Inácio Correia Vergamota.
Lisboa — Secretaria-Geral dos Juízos Criminais	Maria Júlia Ferreira Carreira Monteiro.
Lisboa — 1.º e 2.º Juízos Criminais	José João Constante de Oliveira.
Lisboa — 3.º e 4.º Juízos Criminais	Filipe Gonçalves Carvalho.
Lisboa — 5.º e 6.º Juízos Criminais	Maria Teresa da Paz Abreu.
Lisboa — Secretaria-Geral das Varas Criminais	José Manuel Valério Palma.
Lisboa — 1.ª e 2.ª Varas Criminais	Carlos Alberto da Costa Caxeiro.
Lisboa — 3.ª e 4.ª Varas Criminais	António Mendes Pereira Garcia.
Lisboa — 5.ª e 6.ª Varas Criminais	Maria Herondina Góis Mendonça Freitas.
Lisboa — 7.ª e 8.ª Varas Criminais	Vítor Manuel Carvalho Silva.
Lisboa — Secretaria-Geral do Tribunal de Família e Menores	Francisco Pires Silva Pereira.
Lisboa — 1.º e 2.º Juízos de Família e Menores	Alda Carrapo Catarino Garcia Teodoro.
Lisboa — 3.º e 4.º Juízos de Família e Menores	Cristina Maria Gaspar Dias Pinheiro Meneses Agrela Jesus.
Lisboa — Execução de Penas	Maria Isabel Martins de Oliveira Marques.
Lisboa — juízos de pequena instância criminal	Amândio Tabuada Trigo.
Lisboa — Secretaria-Geral dos Juízos de Pequena Instância Cível (Liquidatário).	António Gabriel Almeida Marques.
Lisboa — Secretaria-Geral dos Juízos de Pequena Instância Cível.	António Gabriel Almeida Marques.
Lisboa — Instrução Criminal	João Nuno Veiga Lucas.
Lisboa — Secretaria-Geral do Tribunal Central de Instrução Criminal TIC.	Orlando Figueiredo.
Lisboa — varas e juízos cíveis (Ministério Público)	Rui Manuel Abranches Timóteo.
Lisboa — Trabalho (Ministério Público)	Maria Manuela Vieira Lopes.
Lisboa — Secretaria-Geral do Tribunal do Trabalho	Maria Célia Pereira.
Lisboa — 1.º Juízo Trabalho	João Manuel Ceitano Nunes.
Lisboa — 2.º Juízo Trabalho	Zília Maria Ramos Guerreiro Santos.
Lisboa — 3.º Juízo Trabalho	Maria Glória Soares Martins G. Morais.
Lisboa — 4.º Juízo Trabalho	Hernâni António Lopes Cruz Fernandes.
Lisboa — 5.º Juízo Trabalho	João Carlos Castelo Lopes.
Loulé — Secretaria-Geral	Augusto Marques da Rocha.
Loulé — Administrativo e Fiscal	Orlando Costa Belchior Dias.
Loulé — Ministério Público	Maria da Conceição de Sousa Moleiro Santana.
Loures — Secretaria-Geral	Fernando Manuel Gonçalves Silva.
Loures — juízos criminais /Pequena Instância Criminal	José Manuel Leitão Vaz.
Loures — Ministério Público	Mário Eugénio Calheiros D'Antas Lello.
Loures — Trabalho	Henrique Duarte Coelho.
Lourinhã	Jorge Manuel Bernardes Oliveira Serrano.
Lousa	António Augusto Alegre Caetano Gomes Marques.
Lousada	António Augusto Ribeiro Marques.
Mação	José Maria Ramos.
Macedo de Cavaleiros	José Alberto Pereira.
Mafra	Luís António de Jesus Nunes Cunha.
Maia	Eliseu Afonso Marcos.
Maia — Ministério Público	Maria do Carmo Ramos.
Maia — Trabalho	Evaristo Adérito Pereira.
Mangualde	Jesus Manuel Guimarães Ferreira.
Marco de Canaveses	Maria Marta Miguel.
Marinha Grande	Maria de Lurdes Silva Gabriel Sousa Catarino.

Tribunal	Nome
Matosinhos — Secretaria-Geral	José Carvalho Monteiro.
Matosinhos — Ministério Público	Maria Cremilda Fernandes Costa Pereira Teixeira de Brito.
Matosinhos — Trabalho	Inês Valério Soares Figueiredo.
Mealhada	Fernando Manuel Fernandes Ferreira.
Meda	José Carlos Reis Monsanto.
Melgaço	Alberto Amílcar Afonso Lages Fernandes.
Mértola	Maria da Luz Pedro Delgado.
Mesão Frio	Alberto Alcino Carvalheira Carneiro.
Mira	Maria Irene Reis Martins Fernandes.
Miranda do Douro	Amadeu Soares Ferreira.
Mirandela — Administrativo e Fiscal	Amílcar Augusto Colmeais.
Mirandela	Amílcar Augusto Colmeais.
Mogadouro	Jorge Manuel Teixeira Gomes.
Moimenta da Beira	João Carlos Teixeira de Barros Carvalho.
Moita	Aurélio dos Anjos Fernandes.
Monção	Fernando da Silva Franco.
Monchique	António Gabriel de Oliveira Peniche.
Mondim de Basto	António José da Silva Marinho.
Montemor-o-Novo	Joaquim Manuel Coelho Rodrigues.
Montemor-o-Velho	Armando Faria Gonçalves.
Montijo	Maria de Lurdes Duarte Costa Monteiro Silva.
Moura	José Lucílio Segismundo Esteves.
Murça	Abílio César Tiago de Sá.
Nazaré	António Nolasco Leal Gonçalves.
Nelas	Manuel Rebelo Gomes.
Nisa	José Maria Polido Valente Caldeira.
Nordeste	Emídio Manuel Mestre.
Odemira	Vítor Manuel Moreira Correia.
Oeiras — Secretaria-Geral	Marcelino Adolfo Silveira de Sousa.
Oeiras — Ministério Público	Daniel Pires Costa.
Oleiros	António Manuel Ferreira da Silva.
Olhão	Maria José da Silva Jorge.
Oliveira de Azeméis — Secretaria-Geral	António Santiago Martins.
Oliveira de Azeméis — Trabalho	Clodomiro Augusto Ferreira.
Oliveira de Frades	Manuel Gomes Ferreira.
Oliveira do Bairro	Afonso Manuel Ferreira Ramos Bandarra.
Oliveira do Hospital	Manuel Henrique Amaro Ferreira.
Ourém	Orlando Matias Silva Carapeto.
Ourique	José dos Santos Alves.
Ovar	Raul Cândido Arede Silva Pereira.
Paços de Ferreira	Manuel Firmino Alves Pereira de Andrade.
Pampilhosa da Serra	Luís Filipe Pato Moniz Pinto.
Paredes de Coura	Júlio Ramos Fernandes.
Paredes — Secretaria-Geral	Justino Faria da Silva.
Penacova	Maria Cristina Sá Marques da Costa Almeida Gomes.
Penafiel — Administrativo e Fiscal	João da Silva Antunes.
Penafiel	António Jacinto Sousa Campos.
Penafiel — Trabalho	João da Silva Antunes.
Penamacor	Carlos Alberto Gil Soares.
Penela	Armando Faria Gonçalves.
Peniche	José Manuel Gil Batista.
Peso da Régua	Fernando António Rua Carvalho.
Pinhel	Guilherme Justino Brito Capela.
Pombal	José Luís Gonçalves de Almeida Dantas.
Ponta Delgada — Administrativo e Fiscal	Emília de Jesus Santos Pedroso.
Ponta Delgada	Luís Urbano da Silva Furtado.
Ponta Delgada — Família e Menores	Alberto Rebelo Conceição Reia.
Ponta Delgada — Trabalho	Maria Isabel Teixeira Honrado.
Ponta do Sol	Luís Belo de Faria Rodrigues Quintino.
Ponte da Barca	Augusto Gonçalves Pereira.
Ponte de Lima	Fernando Manuel Simões Peixoto.
Ponte de Sor	Maria Natália da Trindade Bento Marcelino.
Portalegre	José Manuel Farinha de Moura Mendes.
Portalegre — Trabalho	Manuel São Pedro Esteves.
Portel	Mário Jorge Neiva Rodrigues.
Portimão — Secretaria-Geral	José Arlindo Maia Cadima.
Portimão — Trabalho	José Manuel Cabrita Filipe.
Porto de Mós	Manuel Gomes Brás.
Porto — 1.º Juízo Liquidatário Administrativo e Fiscal	Noémia Maria Pinho Gonçalves Azevedo Sousa Lima.
Porto — 2.º Juízo Administrativo e Fiscal	Augusto Luís Tulha Campos.
Porto — Secretaria-Geral de Execução	Franclim Alves Teixeira.
Porto — Secretaria-Geral de Injunção	José Pedro Ribeiro Seixas.
Porto — Secretaria-Geral de Serviço Externo	Américo Correia Marques.
Porto — Secretaria-Geral das Varas e Juízos Cíveis	José Abel da Silva.
Porto — 1.º e 2.º Juízo Cível	Maria Rosa Pinto Ferreira de Castro.
Porto — 3.º e 4.º Juízo Cível	José Maria Valério Quintas.
Porto — 1.ª e 2.ª Varas Cíveis	Manuel Costa Correia.
Porto — 3.ª e 4.ª Varas Cíveis	José Augusto Garcia Abelhas.
Porto — 5.ª e 6.ª Varas Cíveis	Maria Augusta Oliveira Soares Canedo Duarte Assunção.

Tribunal	Nome
Porto — 7.ª e 8.ª Varas Cíveis	Maria Goretti Lima Novais Varela.
Porto — 9.ª Vara Cível	José Manuel Teixeira Diogo.
Porto — 1.º e 2.º Juízos Criminais	José Aurélio Simões Ferreira Cabido.
Porto — Secretaria-Geral das Varas e Juízos Criminais	Jorge Anselmo Moura.
Porto — 1.ª e 2.ª Varas Criminais	Júlio da Silva Ferreira.
Porto — 3.ª e 4.ª Varas Criminais	Maria Esmeralda Magalhães Teixeira.
Porto — Secretaria-Geral de Família e Menores	Lino Duarte Castelo Branco Costa.
Porto — 1.º Juízo de Família e Menores	Elvira Magalhães Costa.
Porto — Juízos de Pequena Instância Criminal	Álvaro Pires Neves Capela.
Porto — Juízos de Pequena Instância Cível	Jaime Fontoura Bastos.
Porto — Instrução Criminal	Ilídia Maria Pereira Barbosa.
Porto — Execução de Penas	Manuel Ventura Travassos.
Porto — TIC e DIAP (Ministério Público)	Manuel Fernando Barbosa de Sousa.
Porto — Secretaria-Geral do Tribunal do Trabalho	Manuel Asdrúbal Vasconcelos Machado Pinto.
Porto — 1.º Juízo Trabalho	Mário Teixeira de Sousa Barros.
Porto — 2.ª Juízo Trabalho	Maria de Lurdes Lopes Praça.
Porto Santo	Maria Clara da Silva Ferreira Rodrigo.
Póvoa de Lanhoso	Maria de Fátima Ribeiro Vieira Mendes.
Póvoa de Varzim	Carlos José Ramos Oliveira.
Povoação	Maria de Fátima Vieira Moniz de Freitas.
Praia da Vitória	Manuel Fernando da Silva.
Redondo	Joaquim Pedro de Jesus da Conceição.
Reguengos de Monsaraz	Joaquim José Jesus Duarte.
Resende	Maria José Santos Nunes de Jesus Antunes.
Ribeira Grande	João Jacinto Medeiros Mota.
Rio Maior	José Barros Cruz.
Sabrosa	Domingos José Carvalheiro Borges.
São João da Pesqueira	João José Moura Dias.
Santa Maria da Feira — Secretaria-Geral	Gilberto de Lima e Silva.
São Pedro do Sul	José Martins de Barros.
São Vicente	António Manuel de Oliveira Roovers Ribeiro.
Sabugal	Cristóvão Manuel Pombo Alçada Sutre.
Santa Comba Dão	Timóteo de Jesus Laranjeiro.
Santa Cruz	Susana Maria Preto dos Santos.
Santa Cruz da Graciosa	Paula Maria Fonseca da Silva Bettencourt Louro.
Santa Cruz das Flores	António Carlos Neves Machado Fortes.
Santarém — Secretaria-Geral	João Fernandes Pedro.
Santarém — Trabalho	Carlos Manuel Sousa Santos.
Santiago do Cacém	António Pereira Pires.
Santo Tirso — Secretaria-Geral	Manuel Fernando de Queiroz Marinho.
Santo Tirso — Trabalho	Joaquim Pereira de Almeida.
São Roque do Pico	João Luís César Martins Guerra Correia.
Sátão	António Marinho Francisco.
Seia	Maria Teresa da Silva Martins.
Seixal — Ministério Público	Maria Fernanda Nunes Carrapo Campos.
Seixal — Secretaria-Geral	Maria Fernanda Nunes Carrapo Campos.
Serpa	Jorge Manuel Martins Entradas.
Sertã	Fastino Vicente Matos Silva.
Sesimbra	Vanda Maria Alexandre Cardana Pena.
Setúbal — Família e Menores	Mónica de Jesus Ruas Coutinho Gaspar.
Setúbal — Ministério Público	Sidónio Brissos Pereira Gonçalves.
Setúbal — Secretaria-Geral	Maria de Jesus Feiteira Mão de Ferro Mira.
Setúbal — Trabalho	Fernando António de Almeida Pereira.
Sever do Vouga	João Filipe Rodrigues da Conceição Martins.
Silves	José Manuel Batista Mestre.
Sintra — Administrativo e Fiscal	João Carlos Filipe Campos.
Sintra — Secretaria-Geral de Família/Menores	João Inocêncio da Silva Fialho.
Sintra — Ministério Público	João Maria da Fonseca Agostinho Candeias.
Sintra — Trabalho	Luís Lourenço Santo Caria.
Sintra — varas mistas	José Manuel Guerreiro da Silva.
Soure	Maria Teresa Ferreira Lopes das Neves.
Tábua	Fernando Rodrigues Ferreira.
Tabuaço	António da Silva Ferreira.
Tavira	José Joaquim Esteves Teiga.
Tomar	Manuel Luís Santos Grilo.
Tomar — Trabalho	António Manuel Furtado Parreirão.
Tondela	António Daniel Ferreira Marques Antunes.
Torre de Moncorvo	João Manuel Carvalho Pinto.
Torres Novas	Joaquim de Carvalho Grilo.
Torres Vedras — Trabalho	Eduarda Fernandes Palma.
Torres Vedras	Maria da Piedade de Santos Silva.
Trancoso	Oswaldo Alexandre Bento Gonçalves.
Vagos	Alberto Nunes Pereira.
Vale de Cambra	Lauro dos Santos Martins.
Valença	Luís Humberto Quintião Leiros.
Valongo	Abreu dos Santos Vaqueiro Afonso.
Valongo — Trabalho	José Manuel Esteves.
Valpaços	Domingos José Vieira.
Velas	Carlos Manuel Ávila Soares.
Viana do Castelo — Trabalho	Ernesto de Jesus de Araújo Peixoto.
Viana do Castelo — Secretaria-Geral	Domingos Nóvoa Barbosa.

Tribunal	Nome
Vieira do Minho	Francisco Rodrigues Fernandes Alves.
Vila do Conde — Secretaria-Geral	Jerónimo Manuel Vasques Vila Cova.
Vila Flor	Jorge Augusto Ferreira da Silva.
Vila Franca do Campo	João Pedro Durães de Carvalho Cordeiro.
Vila Franca de Xira — Secretaria-Geral	Carlos Manuel Cordeiro Lourenço.
Vila Franca de Xira — Trabalho	Rosa Maria Ramos Luís Nunes.
Vila Nova de Cerveira	Augusto Lemos de Melo.
Vila Nova de Famalicão — Secretaria-Geral	José Alexandre Fernandes Gomes.
Vila Nova de Famalicão — Trabalho	Celestino Ferreira Matias da Silva.
Vila Nova de Foz Côa	José da Fonseca Coelho.
Vila Nova de Gaia — Ministério Público	José Vieira Veríssimo.
Vila Nova de Gaia — Secretaria-Geral	Maria Amélia da Silva Nunes.
Vila Nova de Gaia — Trabalho e Comércio	Ezequiel Santos Folgado.
Vila Nova de Gaia — Trabalho	José Manuel Martins de Sousa.
Vila Pouca de Aguiar	Laurindo dos Reis Imaginário.
Vila do Porto	João Batista Ferreira Fernandes.
Vila Real	Manuel Joaquim Pereira Ferreira.
Vila Real de Santo António	Maria Eleutéria Bernardo Pereira do Nascimento.
Vila Real — Trabalho	António Benedito Falcão Lopes.
Vila Verde	Manuel Plácido de Almeida Alves.
Vila Viçosa	Carlos Manuel de Almeida Neves.
Vimioso	Armando do Nascimento Calejo.
Vinhais	Maria Judite de Jesus Rodrigues.
Viseu — Administrativo e Fiscal	Maria Emília Pereira Silves Pires.
Viseu — Secretaria-Geral	António Carlos Bento de Almeida.
Viseu — Trabalho	Alberto Dias Leitão.
Vouzela	Filomena Maria Sousa Cruz Vidalo Constantino.

Instituto Nacional de Medicina Legal

Aviso n.º 6949/2005 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML) de 7 de Julho de 2005:

Marlene Braz Rodrigues Lourenço — nomeada na categoria de técnico superior de 1.ª classe de serviço social, da carreira de pessoal técnico superior, do quadro único de pessoal do INML, precedendo concurso. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2005. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

Aviso n.º 6950/2005 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML) de 7 de Julho de 2005:

Dr.ª Ana Clara da Silva Gomes Grams, Dr. Francisco Manuel Matias da Costa Santos, Dr. João Luís Ferreira dos Santos, Prof.ª Doutora Maria Cristina Nunes de Mendonça e Dr.ª Maria Fernanda Coutinho Rodrigues — nomeados na categoria de chefe de serviço de medicina legal, da carreira médica de medicina legal, do quadro único de pessoal do INML, precedendo concurso. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2005. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Declaração n.º 160/2005 (2.ª série). — Torna-se público que, por despacho do subdirector-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano de 28 de Junho de 2005, foi determinado o registo da alteração ao Plano Director Municipal de Vila Real de Santo António.

Trata-se de uma alteração sujeita a regime simplificado enquadrável na alínea b) do n.º 2 do artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, que se traduz apenas em meros ajustamentos do Plano, motivada por uma incorrecção na definição dos limites cadastrais.

Nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, publica-se em anexo a esta declaração a deliberação da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António de 20 de Novembro de 2003, que aprovou a referida alteração, bem como a planta de síntese corrigida.

Esta alteração foi registada em 30 de Junho de 2005, com o n.º 05.08.16.00/OD-05.PD/A.

30 de Junho de 2005. — Pelo Director-Geral, a Subdirectora-Geral, *Isabel Moraes Cardoso*.

Minuta da acta n.º 7/2003

Aos 20 dias do mês de Novembro do ano de 2003, pelas 21 horas, em Vila Real de Santo António, no Auditório do Centro Cultural António Aleixo, encontrando-se presente José Estêvão Correia da Cruz, presidente da Assembleia Municipal, comigo Luís Manuel Negrão Vargas, primeiro-secretário, David Miguel Vasques da Silva, segundo-secretário, e os membros José Carlos Páscoa dos Santos Luís, Benjamim Graça Viegas, Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro, Ricardo José Madeira Cipriano, Vítor José da Cruz Pereira, Célia Maria Marques da Rosa Paz, Manuel da Conceição Currito e José Pedro Solá Ruivinho, pelo PS, António José Filipe Martins, Humberto da Palma Guerreiro, Sónia Alexandra Nobre Ferreira Barão, Álvaro Filipe Madeira Leal, Luís Manuel Barbosa Segura e Luís Manuel Viegas Feliciano, pela CDU, José Manuel Madeira Neto, Maria Valdívia de Sousa Canuto, António Custódio Ribeiro Machado, Francisco Manuel Gonzalez Feliciano, José Maria Monchique Bartolomeu e José Roberto Leitão Guerreiro, pelo PSD, conforme edital convocatório de 13 de Novembro de 2003, reuniu em sessão — extraordinária a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.

Abertura da sessão — verificando-se a presença da maioria dos membros da Assembleia Municipal, o presidente declarou aberta a sessão.

Faltas — verificou-se a falta da Marisa Soares Parra.

Foram tomadas as seguintes deliberações:

[...]

Deliberar sobre uma alteração do Plano Director Municipal sujeita a regime simplificado — INVESFER.

A proposta foi aprovada por maioria, com três abstenções.

E de tudo, para constar, se lavrou esta minuta, aprovada por unanimidade, no que refere ao texto principal das deliberações, cuja leitura foi feita em voz alta.

Não havendo mais nada a tratar, o presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas 23 horas.

O Presidente da Assembleia Municipal, (*Assinatura ilegível*.) — O Primeiro-Secretário, (*Assinatura ilegível*.)